

As tradições espirituais setecentistas da aldeia de Perafita: contribuição¹

Ana Sampaio Monteiro²

*Pois não existem montes,
não existem estradas difíceis demais,
se para homens de boa fama
alguém leva os lauréis das Musas!*

Píndaro (epinício romano)

Resumo: Este artigo pretende traçar a origem das tradições espirituais e religiosas da pequena aldeia de Perafita, uma das aldeias da freguesia de Vila Verde, concelho de Alijó, através da análise dos testemunhos materiais e imateriais que a atravessam, da Pré-História à História, centrando-se, porém, essencialmente, no século XVIII.

Perafita, na encruzilhada de povos e de culturas milenares, no decurso do século XVIII verá o seu espaço aldeão profusamente transformado – espiritual, arquitectónica, religiosa, social e culturalmente – pelas manifestações cívico-religiosas que a integrarão.

No decorrer do século XVIII, o santuário do Senhor dos Milagres de Perafita, exemplo único de sacrário cristológico na província de Trás-os-Montes, assiste a um afluxo cada vez maior de peregrinos, despertando o interesse do “Menino de Palhavã”, D. Gaspar, filho ilegítimo do rei D. João V.

D. Gaspar de Bragança contratando os expoentes máximos da arte sacra bracarense e nacional da segunda metade do século XVIII, André Soares e Frei José de Santo António Vilaça, ou discípulos seus, modificará o espaço físico e espiritual da pequena localidade de Perafita, elevando-a à notabilidade e à glória na província transmontana.

O santuário de Perafita reflecte a dimensão sagrada da experiência universal cristã, reinventando rituais de cura e de ligação com o Senhor do Monte. Essa sacralidade, no decurso do século XVIII, fa-lo-á acolher uma das maiores colecções de tábuas votivas do país.

O Senhor dos Milagres de Perafita constitui um testemunho importante para a análise da mentalidade religiosa popular na província transmontana.

1. A autora escreve segundo a antiga norma ortográfica.

2. Natural de Mocimboa da Praia, Cabo Delgado, Moçambique, é professora do ensino secundário, do quadro da Escola Clara de Resende, no Porto, encontrando-se deslocada na Escola D. Sancho II, em Alijó. Possui Mestrado em História Contemporânea, no âmbito de “Minorias Religiosas no Portugal do século XX”, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. É licenciada em História pela Faculdade de Letras da mesma Universidade. Integra a equipa do projecto “Entre Tempos”, manuais escolares de História A do ensino secundário, da Porto Editora. Publicou também para a Porto Editora “Exames Resolvidos, 12º ano, História A”. Encontra-se a fazer o levantamento arquitectónico e histórico-social do concelho de Alijó.

1. Introdução

Perafita, nos anos 40 do século XX, possuía 100 fogos habitados, que perfaziam uma população residente de cerca de 800 pessoas, em 2022 o número decresceu para 80 pessoas. O despovoamento das zonas do interior do país e o fenómeno demográfico do envelhecimento populacional não lhe são, naturalmente, imunes.

A história de Perafita testemunha o fervor religioso da sua população desde épocas imemoriais, traço que ajudou a vencer as dificuldades dos caminhos e a construir uma cultura popular que perdurou até à actualidade. Estas práticas sempre associadas às formas de expressão das classes mais desfavorecidas, de carácter espontâneo, local e transmitidas por via oral, de geração em geração, deixaram marcas duradouras na pequena localidade do concelho de Alijó.

A religiosidade medieval, numa época em que o poder espiritual se sobrepuja de forma total ao poder temporal, assumia contornos muito específicos. Era expressa pela prática de um conjunto de actos rituais diversificados dos aspirantes à vida eterna: a oração nas horas canónicas, a assistência aos ofícios religiosos, a confissão, a penitência, os jejuns e as peregrinações.

Na Cristandade, nomeadamente em território do Reino de Portugal, abundavam igrejas, capelas e ermidas que eram objecto de uma devoção especial, quer pelas relíquias que guardavam, quer pelo poder miraculoso das suas imagens ou do seu santo padroeiro.

A estes locais de culto acorria grande número de pessoas em busca de alívio para as doenças, em pagamento de promessas feitas, como penitência pelos seus pecados ou, simplesmente, para a satisfação da sua fé.

Estas deslocações tanto podiam fazer-se localmente, obrigando a jornadas curtas, como implicavam viagens longas, que podiam durar meses ou anos, como as dirigidas à Terra Santa, a Roma ou a Santiago de Compostela.

As romarias incluem-se no primeiro caso, como em Perafita, em meados do mês de Agosto. Constituíam celebrações organizadas em honra de um santo, numa data fixa do calendário anual, coincidente com

as estações do ano de temperaturas mais amenas, maioritariamente, no Verão.

Atraíam fiéis numerosos, gente geralmente simples, de zonas próximas, que se deslocavam em grupo, a pé, na maioria das vezes, durante alguns dias.

Os romeiros chegados aos santuários pagavam as suas promessas e integravam-se nas cerimónias religiosas (missas e procissões). Aproveitavam a ocasião para realizar negócios, porque as romarias coincidiam quase sempre com as feiras periódicas. Trocavam-se notícias e o resto dos dias era aproveitado para a diversão ao som dos instrumentos musicais tradicionais, para os bailes e cantares.

O sagrado e o profano assumiam um carácter presente e sempre associado.

As romarias foram uma das expressões mais notáveis da cultura popular medieval que se enraizaram nos hábitos das populações, persistindo com as mesmas peculiaridades até à actualidade em todo o território nacional.

O santuário cristológico de Perafita, em honra do Senhor de Perafita, também conhecido por Senhor dos Milagres ou Senhor do Cruzeiro, é um dos raros santuários cristológicos existentes em Portugal, país de predominio de locais marianos de culto.

O “milagre da água” do Senhor de Perafita – a apresentar no decorrer deste artigo – contribuiu para a popularidade da devoção ao padroeiro da aldeia.

A Igreja Católica incentivava as práticas de religiosidade, populares ou eruditas, as peregrinações – componente maior da tradição judaico-cristã –, e as romarias, porquanto constituíam significativas fontes de rendimento e, em simultâneo, traduziam manifestações demonstrativas da autoridade dogmática e inquestionável da Igreja.

Por outro lado, numa época de religiosidade intensa e de mentalidade teocêntrica, as peregrinações e, em menor grau as romarias, possuíam um carácter redentor, isto é, redimiam todos os pecados pessoais, conduzindo à salvação das almas. A redenção no cristianismo está associada à crença na libertação do homem por meio do sacrifício de Jesus Cristo.

A História de Perafita, essencialmente conotada com manifestações de religiosidade popular em termos artísticos e sociais, integra-se em quatro momentos fundamentais da História de Portugal:

– a expulsão dos judeus do Reino de Portugal por D. Manuel I (5 de Dezembro de 1496) e a instauração do Tribunal do Santo Ofício ou Inquisição, no reinado seguinte, por D. João III (1536), para a vigilância dos recém-convertidos aos cristianismo, os “cristãos-novos”;

– os efeitos da Reforma Protestante no início do século XVI (Martinho Lutero, 1517, Wittenberg, Alemanha) – o momento da mais grave cisão³ no seio da cristandade ocidental –, que originará como resposta da Igreja Católica os dois movimentos designados por Contra-Reforma e Reforma Católica;

– o reinado de D. João V (1706-1750) caracterizado pelo afluxo abundante de ouro e de diamantes brasileiros ao Reino, pelo triunfo do arte barroca, mais tarde, da “rocaille,” e pela vida amorosa, pública, do “Magnânimo”;

– e, por último, com a aquiescência do Papa Bento XIV, um dos Papas mais amigos dos portugueses, a 19 de Dezembro de 1740, pela *Bula Divina Disponente Clementia*, no reinado de D. João V, a indicação para a cátedra bracarense de um Arcebispo exclusivamente indicado pelo monarca sem o aval do Papa. Punha-se, assim, término ao usual corte de relações entre a Coroa e a Santa Sé pela não concordância quanto ao nome indicado. Neste período, passam a ser nomeados pelo rei os arcebispos primazes de Braga, D. José de Bragança e o seu sucessor D. Gaspar de Bragança.

Um trabalho intenso de conservação, de preservação e de restauro do núcleo museológico do santuário de Perafita tem sido realizado pela jovem “Associação dos Amigos de Perafita” ao longo dos últimos anos.

A Associação composta por um grupo de pessoas da terra sob a orientação do arquitecto Antero de Sousa, tem procedido a diligências várias junto da Direcção Regional de Cultura de Vila Real e dos organismos concelhios, nomeadamente, da Câmara Municipal de Alijó, para a preservação, divulgação

3. A recusa do patriarca bizantino em aceitar a supremacia do bispo de Roma, conduziu em 1054 à primeira ruptura efectiva no seio da cristandade. Surge a Igreja ortodoxa, aquela que segue a “doutrina certa”. As duas partes da Cristandade passam a afrontar-se declaradamente. O Papa Leão IX e o Miguel Cerulário, Patriarca de Constantinopla, excomungaram-se mutuamente.

e expansão do património arquitectónico e artístico do núcleo museológico.

A recuperação e a publicitação deste valioso acervo desenrolaram-se ao longo de três etapas, favorecidas por circunstâncias diversas:

– as investigações efectuadas no local e em Braga pela professora de História da Arte, Natália Ferreira Alves, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, condensadas no livro “*O Santuário do Senhor de Perafita*”, publicado em 1987;

– o programa televisivo dedicado a Perafita do professor José Hermano Saraiva divulgador do património da aldeia e alertador da premência de uma intervenção institucional célere face à deterioração em curso;

– a canalização das contrapartidas financeiras da EDP ao concelho de Alijó – no contexto da construção da barragem Foz-Tua – para a preservação do acervo de Perafita.

2. O património material e imaterial religioso de Perafita

Os primeiros testemunhos de religiosidade da comunidade neolítica de Perafita situam-se nas linhas limítrofes entre os concelhos de Alijó e de Murça, no Vale da Arca, freguesia de Vila Verde, integrando uma extensa necrópole.

2.1. A necrópole megalítica do Alto das Madorras⁴

Os testemunhos arqueológicos mais arcaicos que aqui se encontram remontam ao período do Neolítico – 8^o ao 4^o milénio a. C..

O Neolítico ou período da pedra polida introduz a sedentarização do homem com as invenções da agricultura e da domesticação dos animais. O fim da prática do nomadismo impulsiona a formação dos primeiros aldeamentos, iniciando-se a actividade produtora. A fixação à terra modifica a vida dos homens, levando-os à invenção de técnicas várias e à divisão do trabalho entre homens e mulheres.

4. Classificação Patrimonial: Categoria: SIP - Sítio de Interesse Público, Portaria n.º 740-DJ/2012, DR, 2.ª série, n.º 248 de 24 Dezembro 2012.

A necessidade de interpretar ou controlar a Natureza conduz às primeiras formas de culto, nomeadamente, à Deusa-Mãe, e ao ritual “sagrado” do enterramento dos mortos, pela primeira vez na Pré-História.

Em Perafita e deste período histórico que conduzirá milénios mais tarde ao surgimento das primeiras civilizações fundadas pela invenção da escrita, deparamo-nos com esta necrópole, a do Alto das Madorras, a uma altitude de cerca de 840 m, na nascente da aldeia. A profusão de megálitos (pedras grandes) – 7 mamoas ou *tumulus* que cobrem câmaras dolménicas – quase contíguos, confere uma peculiaridade ao santuário dedicado aos mortos.

A necrópole é composta por oito antas. Destaca-se pela grande densidade de monumentos megalíticos construídos a curta distância uns dos outros e pela sua monumentalidade. As mamoas implantam-se ao longo do caminho que ainda hoje percorre o planalto, deixando supor a intenção de assinalar esse percurso ancestral à população dos recém-formados aldeamentos de economia produtora da região⁵.

As mamoas, alinhamentos, dólmenes ou antas aqui localizados são datados dos 5º e 4º milénios a.C., encontram-se isolados no planalto e dominam a paisagem natural e baldia.

Os megálitos, que constituem este monumento funerário, possuem entre vinte a cinquenta metros de diâmetro e, pela sua configuração, assumem a função de sepulturas, as primeiras da Humanidade.

São compostos por uma câmara poligonal irregular com esteios – blocos verticais – que sustentam uma grande laje – tampo ou mesa – em granito e quartzo branco, apresentando os *tumuli* bem conservados.

2.2. A Antiguidade Clássica - a civilização romana e a romanização da Península Ibérica

A romanização promoveu a integração plena das províncias conquistadas no espaço civilizacional romano.

O movimento expansionista romano, que levou à construção do Império romano, o maior da História

da Antiguidade Clássica e de todos os tempos, desenrolou-se entre os séculos IV a. C. e o I d. C..

A Península Ibérica não escapou, naturalmente, à ambição territorial dos romanos, que se dedicaram à sua conquista com afincos e paciência. O fascínio da região, elogiado pelos escritos dos antigos, residia nas grandes riquezas, no subsolo de que praticamente “brotava ouro” e na miscelânea de povos indígenas.

As Colunas de Hércules – o estreito de Gibraltar – contribuíam para elevar o sentido mítico da região.

A Hispânia, uma conquista longa e conturbada, entre 218 a. C. e 68 d. C., seria dividida em 3 províncias romanas: a Tarraconense, a Lusitânia e a Bética.

A Lusitânia, com capital em *Augusta Emerita* fundada em 25 a. C., com limite no rio Guadiana, a sul, estendia-se, a norte, a Salamanca e a Zamora.

De certa forma, a demarcação relevante era o rio Douro, criando-se, já, o conceito de província “transduriana”.

A ocupação da Península Ibérica pelos romanos prolongou-se por sete séculos, até 476, século V.

A integração de uma região periférica no universo imperial romano, urbano e pragmático, deixou vestígios significativos no futuro território português, entre os quais se destacam pela sua relevância: a língua – o latim –, o Direito, o urbanismo – a densa rede de cidades – e as vias de comunicação.

As cidades da Hispânia – colónias, municípios e estipendiárias – não possuíam o mesmo estatuto.

A *pax romana* alcançada com o elevado nível de romanização e com o Edito de Caracala de 212 que concedeu a cidadania romana a todos os habitantes livres do Império, aproximou os conquistadores dos conquistados e elevou as cidades estipendiárias da Lusitânia a municípios.

Perafita foi um entreposto relevante para a circulação de colonos, legiões, comerciantes, funcionários e mercadorias durante a ocupação romana da Lusitânia.

O espaço perafitense integrado no processo de romanização da Península Ibérica incorpora vestígios materiais da permanência da civilização romana, sobretudo no que respeita ao período pós-politeísmo. Com a expansão do cristianismo, o monoteísmo consolida-se com o Edito de Tessalónica, o *Cunctos Populos* ou *Fide Catolica*, do imperador Teodósio de

380. O Edito, promotor do trinitarismo niceno⁶ dentro do Império Romano, declara o cristianismo na sua versão ortodoxa a única religião imperial legítima.

A Igreja Católica apesar de ter sido fragilmente organizada de forma institucional no Império Romano, foi, sobretudo, fortalecida pelos derradeiros imperadores da parte ocidental do Império Romano, após a cisão definitiva em dois Impérios – o do Ocidente e o do Oriente. A queda de Roma em 476 não a desorganizou ou extinguiu. O seu poder e prestígio acentuam-se de tal forma nos séculos subsequentes – toda a Idade Média, séculos V a XV – que, face à desagregação político, económica, social e cultural que a Europa viveu no decurso das invasões que a assolaram, o seu “Império da Fé” tornou-se o bastião da ordem, do progresso e da segurança tanto para os reis e para a nobreza, como para a imensidão de camponeses e de servos da gleba que dela dependiam incondicionalmente.

Perafita, na época romana, localizava-se numa importante bifurcação de duas vias romanas:

– a via Nascente/Poente, proveniente de Bragança (Castro de Avelãs), passava pela Ponte Velha de Murça e dirigia-se a Braga (Bracara Augusta, a capital da região da Galécia), cidade de importância significativa. Mais tarde, com a oficialização da religião cristã, Braga ganha uma dimensão religioso-espiritual considerável, a par de Santiago de Compostela e de Toledo;

– e a via Norte/Sul, proveniente de Chaves (Aqua Flaviae), atravessava o território mineiro de Tresminas e de Jales, desembocava no Douro (Pinhão) servindo o povoado de Cerca, Perafita, Alijó, designada a *careyram de Gales* – profusamente mencionada em documentação medieval – testemunha a importância espiritual e religiosa da aldeia de Perafita.

Pela primeira via, chegava-se a Bracara Augusta, Braga, urbe de importância significativa no mundo hispânico-romano. No século IV, com a oficialização da religião cristã, Braga ganha uma dimensão religioso-espiritual considerável, a par de Santiago de Compostela e de Toledo;

6. Em 325, o imperador Constantino convocou o Primeiro Concílio de Niceia, em que se afirma Jesus, o Filho, igual ao Pai, uno com o Pai e da mesma substância. Apesar desta decisão do Concílio, a controvérsia em torno do cristianismo prosseguiu até Teodósio.

Pela segunda via, o caminho percorrido até ao cabo Finisterra, próximo de Santiago de Compostela, uma peregrinação pagã, que originará as futuras peregrinações a Santiago de Compostela, com forte incidência a partir do século IX. Os “caminhos de Santiago” percorrerão o traçado das vias romanas durante toda a Idade Média e na subsequente Idade Moderna, integrando a região de Perafita.

2.3. As invasões de povos germânicos e dos povos árabes

Suevos e Visigodos – povos germânicos ou “bárbaros”, segundo o conceito romano – instalar-se-ão na ex-província da Lusitânia entre os séculos VI e VIII e ocuparão a região de Alijó/ Perafita. Inicia-se a Idade Média.

A pele, os olhos e os cabelos claros de alguns habitantes da região atestam a fixação destes povos.

A conversão dos reis “bárbaros”, pagãos, ao cristianismo pelos bispos da Península Ibérica favorece a rápida evangelização dos seus súbditos e mantém as estruturas e instituições da Igreja Católica incólumes em território recém-ocupado. Braga preserva a sua importância espiritual e religiosa.

A partir do século VIII, na Alta Idade Média, período histórico marcado por constantes invasões, a região de Perafita verá chegar novos povos – os Mouros ou Muçulmanos. Durante cerca de quatrocentos anos, deixarão marcas da sua civilização na região, nomeadamente na toponímia, nas culturas e nas práticas agrícolas.

Integrado no processo da reconquista cristã da Península Ibérica, para a expulsão dos Árabes, o Reino de Portugal fundar-se-á em 1143.

A necessidade de assegurar a defesa dos territórios conquistados aos mouros e de promover o seu povoamento e exploração económica favorecerão a concessão de cartas de foral ao povo pelos primeiros reis. Fundam-se os concelhos, regulando-se a administração local e discriminando-se os deveres e os privilégios dos moradores ou “vizinhos”.

Gozando de uma autonomia significativa, os concelhos, na origem dos municípios, constituíram exemplos de práticas destinadas a combater as arbitrariedades dos senhores da nobreza e do clero, na transição para a centralização régia.

5. Site “Património Cultural”, DGPC



Fig. 1 Cruciforme de família cristã-nova numa casa perafitense. Fotografia cedida pelo arq. Antero de Sousa, localizada na sua habitação

A povoação de Perafita (*Parafita*, na época) integrava o concelho de Jales.

3. O Conjunto patrimonial e religioso de Perafita⁷: a presença de judeus e de cristãos-novos; o protestantismo e os efeitos da Reforma e da Contra-Reforma Católica – séculos XVI, XVII e XVIII.

3.1. A presença de judeus e de cristãos-novos na localidade

Perafita é apodada no concelho de Alijó como “a terra dos judeus”. Testemunhos vários, entre os quais, as inscrições geométricas nas fachadas de algumas habitações e os apelidos judaicos de algumas famílias convertidos em nomes cristãos, assinalam a presença secular de judeus e de “cristãos-novos” na localidade.

Durante séculos, os primeiros reis portugueses concederam inúmeros privilégios aos praticantes do judaísmo porque enriqueciam a *rex publica* com os impostos pagos pelas actividades mercantil e artesanal e pelas práticas financeiras. A “usura”, proibida aos cristãos, permitia-lhes arrecadar avultadas somas de dinheiro. As competências literárias e intelectuais dos judeus numa época em que a maioria da população portuguesa era analfabeta, incluindo os monarcas e a nobreza privilegiada, permitiram-lhes a ocupação

de cargos na corte, na administração pública, na justiça e no ensino.

Gozando de alguns privilégios, aos membros das comunidades judaicas era exigida a residência em bairros afastados dos centros urbanos, as judiarias.

Por decreto de 5 de Dezembro de 1496, o rei D. Manuel I expulsa os judeus do país, a pretexto de práticas de heresia e pela imposição dos “reis católicos” espanhóis, Fernando e Isabel.

A conversão forçada ao cristianismo, opção tomada por muitos, fez nascer o conceito de “cristão-novo” (designação também aplicada aos muçulmanos convertidos).

O Tribunal da Santa Inquisição estabelecido em Portugal no reinado seguinte, de D. João III, destinava-se, sobretudo, a incentivar a delação, a vigilância, a prisão, a tortura, a condenação à morte em autos-de-fé (na fogueira) e o confisco de bens dos cristãos-novos.

Grande parte do país, sobretudo o Norte, em que se integrava a sociedade trasmontana assistiu a constantes vagas de prisões, seguidas ou antecedidas de fugas massivas de “gente da nação” com a consequente paralisação dos negócios, a ruína das “empresas” e a saída de capitais.

Surgem testemunhos vários da cruel intolerância religiosa por toda a província trasmontana:

“Por todo o lado, como em Mogadouro onde, num único dia, se passaram mandados de prisão sobre umas 120 pessoas, metade das quais foram arrastadas para as masmorras da Inquisição.

7. Classificação Patrimonial: Categoria: CIP – Conjunto de Interesse Público / ZEP, Portaria n.º 171/2013, DR, 2.ª série, n.º 67 de 05 abril 2013 - IPA.00006182.



Fig. 2 Património da aldeia de Perafita. Casa dos Milagres. Fotografia: Antero de Sousa, Presidente da Associação de Amigos de Perafita

Ou em Quintela de Lampaças, onde no dia 13.12.1637 foram mandadas prender 19 de entre os 23 apontados como “judeus”, e enviada ao Santo Ofício uma lista de outros 41 que se anteciparam na fuga.

Em Mirandela, uma lista de decretados a prisão em Maio de 1662, incluía 78 cristãos-novos, entre eles o pai do Dr. Francisco da Fonseca Henriques, médico do rei D. João V.

Em Sambade, Carção, Vinhais, Vila Flor, as ‘entradas’ da Inquisição fizeram soltar tempestades de medos e ódios que penetraram profundamente no tecido social e o destruíram. Foi como se todas as forças do inferno se abatessem sobre as comunidades de “gente da nação”⁸

Ressalve-se que as grandes “unidades industriais” tinham sido instaladas na província pelos cristãos-novos.

Correspondendo à área do actual concelho de Alijó, a título exemplificativo de perseguições e de actos

8. Manuel da Fonseca, op.cit..

de intolerância religiosa, prendeu-se, com crueldade, o proprietário de uma destilaria de aguardente montada no sítio do Vale da Cabra – provavelmente Perafita –, que valia um conto e 200 mil réis, de onde saíam anualmente mais de 50 pipas de aguardente para a exportação.

“O sumagre era então um dos produtos que mais pesava na balança comercial portuguesa. Pela barra do Porto anos havia em que saíam para o Norte da Europa mais barcos carregados daquele produto do que de vinho⁹. A acumulação de riqueza e de sucesso nos negócios por parte dos “infiéis” à religião cristã são elementos justificadores dos ódios dirigidos a essas comunidades, cujos bens eram de imediato confiscados pelo poder central com a prisão dos seus membros.

Para assegurar a sua própria defesa e evitar as garras da Inquisição e de vizinhos maledicentes e invejosos, os cristãos-novos faziam inscrições de

9. Id ibidem..



Fig. 3 Património da aldeia de Perafita. Fotografia: Ana Schefer

marcas cruciformes associadas a símbolos geométricos nas ombreiras das portas e nos lintéis dos seus núcleos habitacionais.

Constituíam sinais públicos dados à sociedade e ao Tribunal do Santo Ofício – Inquisição – que as famílias ali residentes seguiam com rigor os preceitos da religião cristã, reafirmando-se publicamente a aceitação da Fé e das práticas religiosas oficiais por parte dos indivíduos que se sentiam inseguros, perseguidos ou ameaçados “devido à sua condição de judeus, tivessem ou não renegado a fé mosaica”.

Porém, estas práticas de auto-protecção das famílias cristãs-novas suscitavam uma dupla interpretação e uma dupla acção: se, por um lado, constituíam sinais dados ao Tribunal do Santo Ofício do cumprimento rigoroso e escrupuloso dos deveres cristãos, por outro, facilitavam a imediata identificação da família recém-convertida, integrando-a na mira da apertada vigilância e posterior delação pelos cristãos-velhos.

Os cruciformes representavam, por isso, os aspectos mais commumente denunciadores da presença de judeus/cristãos-novos.

Em algumas habitações de Perafita as marcas cruciformes e geométricas são visíveis nas fachadas.

4. Os elementos constitutivos do património religioso católico de Perafita: a Igreja, a Casa dos Milagres, a Torre Sineira, a Capela do Senhor do Monte, a Fonte Sagrada com as 12 fontes de mergulho e a via Crucis incompleta

O movimento religioso da Contra-Reforma Católica – em meados do século XVI –, como meio de combater os avanços do protestantismo na Europa, faz proliferar sobretudo nos países do sul um conjunto de santuários inseridos em meios rurais para animar o culto dos santos e das relíquias.

A repressão feroz aos “desvios doutrinários” cujos ventos sopravam do Norte da Europa e a vigilância dos cristãos-novos, os ex-judeus sefarditas ou

“marranos”, transformam as igrejas e outros locais de culto em espaços sumptuosos e ostensivos, que inebriavam e extasiavam os fiéis católicos por comparação com a nudez, a simplicidade e o minimalismo dos templos protestantes.

A supressão da devoção aos santos e à virgem Maria das “doutrinas hereges” de Martinho Lutero, de Philip Melanchton e de João Calvino incentivaram as práticas de propaganda católicas, numa tentativa sangrenta e feroz de impedir a contaminação da população setentrional europeia.

D. Gaspar de Bragança, arcebispo primaz de Braga, instigará a publicação de “instrumentos didácticos tão necessários para aclarar o verdadeiro do falço e dar norte seguro ao nosso culto e às nossa públicas venerações”, tentando afastar-se assim o povo de práticas sacrílegas¹⁰.

Promotoras das práticas populares de devoção, exaltam-se o culto dos santos, a arte barroca, o tardio *rocaille* (rococó), as curvas e contra-curvas, as saliências e reentrâncias, a talha dourada, os azulejos azuis e brancos, os altares majestosos, a profusão de pinturas e de frescos nas paredes e nos tectos das igrejas e capelas, a multiplicidade de imagens e esculturas de querubins, de santos, as torres sineiras elevadas, em suma, a magnificência em todo o seu esplendor.

Contratavam-se os melhores arquitectos do barroco. O ouro abundava vindo do Brasil, a par dos diamantes.

Nicolau Nasoni, o arquitecto italiano que se fez português, encarregar-se-á de erguer as mais belas obras do barroco português, no norte do país.

O povo, analfabeto e pobre, subserviente ao poder espiritual, recrudescer a sua fé no deslumbramento dos locais de culto e no aparato e exuberância das imagens dos santos que venera e a quem pede a expiação dos pecados ou a cura para os males, do corpo ou da alma.

Os santuários marianos transformam-se em centros de romagens, em ambiente de declínio das peregrinações de longa distância à Terra Santa ou a Roma. Santiago de Compostela constitui a excepção.

10. In Natália Marinho Ferreira Alves, O Santuário do Senhor de Perafita.



Fig. 4 Casa dos Milagres Tábua Votiva, detalhe. Fotografia: Ana Schefer



Fig. 5 Casa dos Milagres Tábua Votiva, detalhe. Fotografia: Ana Schefer



Fig. 6 Casa dos Milagres Tábuas Votivas. Fotografia: Ana Schefer



Fig. 7 Casa dos Milagres Tábuas Votivas. Fotografia: Ana Schefer

Na Província de Trás-os-Montes, os santuários marianos multiplicam-se: Nossa Senhora do Pópulo, Nossa Senhora da Pena, Nossa Senhora de Balsemão, Nossa Senhora do Nanso, entre outros.

Perafita fica na encruzilhada dos caminhos que percorrem Trás-os-Montes, conduzindo a Braga, aos locais do culto mariano e a Santiago de Compostela. Por seu lado, venera o Senhor dos Milagres, com cada vez mais intenso fervor.

A mentalidade religiosa popular da época está, por isso, bem patente na aldeia.

A área de influência do Santuário de Nosso Senhor de Perafita, nos séculos XVIII e XIX, abrangia toda a zona a Norte do rio Douro, englobando os concelhos seguintes: Vila Real, Lamego, Moimenta da Beira, S. João da Pesqueira, Vila Flor, Mogadouro, Bragança, Montalegre, Vila Pouca de Aguiar, Fafe e Mondim de Basto.

No século XVIII, o arcebispo Primaz de Braga¹¹, D. Gaspar de Bragança, conhecido pelo seu mecenato artístico-religioso, interessa-se de tal forma pelo Santuário de Perafita que o remodelará e embelezará.

D. Gaspar de Bragança é membro da família real, porque é filho do rei D. João V, ilegítimo, fruto da relação que manteve com a abadessa de um convento, Madalena Máxima da Silva de Miranda Henriques.

Era o segundo dos chamados “meninos de Palhavã”¹², os filhos bastardos do sexo masculino. Foram reconhecidos pelo rei em documento que assinou em 1742, datado das Caldas da Rainha, mas só publicado em 1752, após a sua morte.

11. A disputa entre a primazia de Braga e a de Toledo em termos de autoridade religiosa na Idade Média arrastou-se durante séculos. Durante o Concílio de Trento (1545-1563), D. Frei Bartolomeu dos Mártires, arcebispo de Braga, opôs-se energeticamente a este conflito e exigiu do Papa que as precedências seriam por ordem de antiguidade. Por isso, o arcebispo continuou a intitular-se primaz das Espanhas, fazendo o mesmo o de Toledo. Damião Peres refere “era o duelo entre a Galiza e Portugal – um dos aspectos da gestação da independência nacional”.

12. Designação dos três filhos bastardos de D. João V: D. António, D. Gaspar e D. José, porque habitaram um palácio dos marqueses de Louriçal, no subúrbio lisboeta de Palhavã. Em 6 de Agosto de 1742, o rei D. João V (1706-1750), em documento datado das Caldas da Rainha, reconheceu-os como filhos. Porém, o reconhecimento público só ocorre após a morte do monarca.

Foram generosamente distinguidos e protegidos. Receberam uma educação prestigiada, tendo vindo a ocupar cargos político-religiosos de relevo. Eram filhos de religiosas de conventos.

Eram considerados “filhos de mulheres limpas de todo sangue infecto” e, como tal, foram favorecidos pelo rei, seu pai, com benesses, privilégios e dotes destinados à nobreza de sangue.

Deste modo, Gaspar passa a integrar, como era habitual, o alto clero com a posição eminente de arcebispo primaz de Braga, que o cumulava de honrarias e dignidades. Desde tempos remotos, o arcebispo de Braga usava o título de “Primaz das Espanhas”. Até finais do século XVIII, tinha o significado efectivo de “Senhor de Braga”.

Um arcebispo é um bispo que, “além de governar a sua arquidiocese, tem autoridade e goza de certos privilégios honoríficos sobre os bispos e as dioceses sufragâneas da província eclesiástica de que é metropolitano”¹³.

D. Gaspar de Bragança nasceu a 8 de Outubro de 1716. Foi elevado à alta dignidade de arcebispo primaz de Braga em 1756. A bula pontifícia de 13 de Maio de 1758, que confirmou a distinção, foi-lhe entregue pelo próprio secretário de Estado, Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro marquês de Pombal, ministro plenipotenciário do rei D. José I, meio - irmão de D. Gaspar de Bragança. D. Gaspar faleceria a 18 de Janeiro de 1789, no reinado de sua sobrinha, a rainha D. Maria I.

Os irmãos de D. Gaspar, D. António, doutorado em Teologia pela Universidade de Coimbra, e D. José, doutorado em Teologia e Inquisidor-Mor do Reino, em virtude de conflito grave com o marquês de Pombal – a submissão das ordens privilegiadas à autoridade real – foram desterrados para o Buçaco, só regressando após a morte do rei, D. José I. D. Gaspar não foi incomodado com a acção autoritária e persecutória do “primeiro-ministro” português, podendo, assim, dedicar-se mais tempo à jurisdição da arquidiocese de Braga.

Perafita foi alvo do seu interesse e benemerência quando o número de peregrinos aumenta extraordinariamente após a realização do “milagre da água” pelo Senhor dos Milagres de Perafita.

Perafita possuía apenas uma capela até 1758, dedicada a Santo António de Pádua.

13. In Dicionário de História de Portugal



Fig. 8 Casa dos Milagres, ex-votos. Fotografia: Ana Schefer



Fig. 9 Casa dos Milagre, jornal. Fotografia: Ana Schefer

As obras do santuário de Perafita principiam-se a partir de 1774. A primeira fase abarca a pedraria do corpo da Igreja.

O Santuário de Perafita inicia a sua fulgurante importância.

A Igreja é edificada em estilo rococó. O *rocaille* tinha chegado a Braga pela mão do arcebispo primaz antecessor, D. José de Bragança (1741-1756).

D. José de Bragança, irmão do rei D. João V, em 11 de Fevereiro de 1739, sem a aquiescência da Santa Sé, foi nomeado Arcebispo Primaz de Braga pelo monarca.

A indicação régia, inicialmente sem a concordância da Santa Sé – o que vinha motivando desavenças e corte de relações –, foi aceite com a intervenção do Papa Bento XIV, a 19 de Dezembro de 1740.

D. José de Bragança, intelectual e admirador de arte, pretendendo enriquecer o património artístico do seu arcebispado, escolhe André Soares para desenhar o novo Paço Arquiepiscopal, cujo projecto oscilou entre o gosto joanino e os novos valores do rococó.

D. Gaspar de Bragança, o arcebispo primaz que sucederá a D. José de Bragança, seu tio, continuará a elaborar projectos artísticos recorrendo aos mesmos artistas.

Pressupõe-se, por isso, que André Soares (1720-1769), arquitecto de renome nacional, e o seu discípulo, Frei José de Santo António Vilaça (1731-1809), escultor, expoentes das artes rococó e tardobarroca bracarenses de setecentos, o designado estilo *moderno bracarense*, serão os autores do risco das obras de arquitectura e decoração interior dos elementos componentes do Santuário de Perafita.

A conjectura advém da forte similitude encontrada na suas obras, entre as quais, a capela de Santa Maria Madalena da Falperra e o Palácio do Raio, a capela-mor de Tibães e as obras de embelezamento de diversas igrejas beneditinas das dioceses de Braga e do Porto.

Apresentam em comum elementos de um tardo-barroco desornamentado. As obras de talha destacam-se por um rococó vibrante.

A obra do primeiro – André Soares – está espalhada por todo o Norte de Portugal: Braga, Viana do Castelo, Ponte de Lima, Arcos de Valdevez, Vila Verde, Esposende, Guimarães e Vila Nova de Gaia.

Da sua autoria é uma Casa de Fresco, obra de cerca 1751, que inicialmente foi implantada nos jardins do Arcebispo de Braga, desmantelada em 1919, tendo sido transferida para o Santuário do Bom Jesus do Monte.

Reynaldo dos Santos¹⁴ considerou que a “Casa de Fresco”, de 1751, é, “depois da janela manuelina do Convento de Cristo, a peça mais fantástica da arquitectura portuguesa”.

Apesar da vasta obra de que foi autor, André Soares permanece como um dos artistas mais injustamente ignorados no panorama da arte rococó europeia.

Frei José de Santo António Ferreira Vilaça, discípulo de André Soares, escultor beneditino, projectou as plantas de vários edifícios religiosos e executou inúmeras estátuas. Distinguiu-se sobretudo como entalhador decorativo. Foi o autor de inúmeros retábulos, púlpitos, sanefas, enquadramentos de portas e janelas, caixas de órgãos e cadeiras, bancos, credências e cadeiras-de-braços, sendo também, pressupostamente, o autor da decoração interior da igreja do Senhor dos Milagres de Perafita.

4. 1. A Igreja do Senhor dos Milagres ou Senhor de Perafita

A 20 de Janeiro de 1774, é assinada a escritura de arrematação da empreitada. Foi o mestre pedreiro e carpinteiro Francisco Correia de Matos o ganhador. Era conhecido no distrito pelos seus trabalhos artísticos bem sucedidos e de reputada importância. Outros, como o pároco de Perafita, José Barros de Almeida, autoridades locais e distritais, civis e religiosas, de Vila Real e de Chaves, foram também signatários da empreitada.

O empreendimento gastou verbas consideráveis, cujo pagamento foi fraccionado.

Segundo investigações conduzidas por Natália Ferreira Alves, “interiormente, a Igreja mediria 59,5 palmos de comprimento por 40 palmos de largura; a capela-mor levaria um arco de 18,5 palmos de largura por 40 palmos de altura; as paredes teriam uma grossura de 4,5 palmos; os alicerces, para haver

14. Reynaldo dos Santos (Vila Franca de Xira, 3 de dezembro de 1880 – Lisboa, 6 de maio de 1970) foi um médico, escritor e historiador português. Interessou-se pelas Belas-Artes desde a juventude.

uma boa segurança, 2 palmos pela parte de fora e 1 palmo pela parte de dentro”.

A sacristia foi também detalhadamente projectada.

A escritura referente aos trabalhos da talha dourada perfez a última fase das obras da Igreja. A especificidade da matéria-prima utilizada, a madeira, foi acordada, nos seguintes termos: *boma madeira, san fichada jontinha liza sem nos nem entrelasos*¹⁵.

Em estilo arquitectónico *rocaille*, rococó (fase final do barroco) bracarense, apresenta uma planta longitudinal, seguida de uma capela-mor em planta rectangular, envolvida por dois corredores de acesso à sacristia. Tem coberturas diferenciadas em telhados de 2, 3 e 8 águas. A fachada principal orientada mostra um portal rematado por frontão interrompido que enquadra as armas de D. Gaspar de Bragança. Os ângulos, e a empena do telhado da capela-mor, mostram fogaréis.

A Igreja foi construída para alojar a imagem de Cristo Crucificado. A imagem encontrava-se em outro local, um cruzeiro próximo da ermida dedicada e Santo António de Pádua.

Em pedra de granito, possui um altar principal e dois laterais, em talha dourada, bem como um coro alto.

Projecto que remete para as obras arquitectónicas dos dois mestres bracarenses citados, cujo traçado realça a simplicidade, a elegância das formas, a harmonia e o equilíbrio.

As armas reais de D. Gaspar de Bragança observam-se na fachada principal. Constituem insígnias do arcebispo o pálio, a cruz de braços duplos e o escudo com três borlas de cada lado do chapéu.

O escudo com as três borlas de cada lado do chapéu, insígnia do arcebispo de Braga, D. Gaspar de Bragança, é outro elemento arquitectónico inserido no espaço, remetendo-nos para a eminência do mandatário da obra, para o estatuto prestigiante religioso – social no Portugal do Antigo Regime, absolutista, conservador, opulento e hierarquizado. A Capela-Mor, com um altar esplendoroso, é revestida de frescos, com imagens dos quatro Apóstolos Evangelistas, S. Mateus, S. Marcos, S. Lucas e S. João.

15. Natália Ferreira Alves, *Ibidem*

A expensas de D. Gaspar e com a sua intercessão directa junto do Papa, realizou-se em Roma a imagem do Cristo Crucificado, que hoje se encontra colocada no retábulo da Capela-Mor.

O acesso à Sacristia faz-se por dois corredores laterais, onde se pode contemplar um magnífico arcaz em madeira de castanho datado do século XVIII.

Uma pequena fonte integra, igualmente, o espaço.

Segundo a professora de Arte Natália Ferreira Alves, da FLUP¹⁶, a Igreja de Perafita não é obra directa do grande arquitecto do barroco setecentista português, Nicolau Nasoni, mas de discípulos e artifices saídos dos seus ateliers.

As analogias com o traço arquitectónico do arquitecto do barroco setecentista português são evidentes.

4.2. A Casa do Senhor dos Milagres

A Casa dos Milagres, sobranceira à Fonte, à Capela e ao Calvário, é um edifício que se destaca pela simplicidade, apresentando um único corpo de planta rectangular, com dois pavimentos, incluindo na fachada virada à torre sineira uma varanda com arcarias e acesso por escadaria. Na divisão do rés-do-chão conserva-se o conjunto das tábuas votivas. Daqui, parte uma calçada que sobe a encosta permitindo o acesso à Capela do Senhor dos Milagres.

A Capela é uma pequena construção de planta poligonal e cobertura em cúpula. No interior alberga um conjunto de imagens representando a crucificação de Cristo. Junto existe uma fonte de perfis rectilíneos com cornija lisa inflectindo ao centro para definir um frontão triangular encimado por uma cruz. No pano central exhibe-se uma cartela com inscrição em latim. Imediatamente abaixo da capela localiza-se o calvário constituído por cinco cruzeiros de forma simples.

A construção integra um relógio de sol num dos seus cunhais. Este relógio era utilizado até há pouco tempo para orientar as partilhas das águas de rega. O conjunto da tábuas votivas perfaz uma das maiores colecções nacionais.

É um edifício que realça pela influência nítida da arte bracarense de André Soares e Frei José de Santo António Vilaça, da 2ª metade do séc. XVIII.

16. Faculdade de Letras da Universidade do Porto



Fig. 10 Santuário do Senhor de Perafita. Fotografia: Antero de Sousa, Presidente da Associação de Amigos de Perafita

Foi construído para albergar as tábuas votivas e outros ex-votos. Contém um conjunto impressionante: 94. As tábuas, extraordinárias, em óleo sobre madeira, de cores vivas, são datadas de 1758 a 1896, remontando, a mais antiga, porém, a 1680, ao século XVII.

As muletas dos crentes que eram curados das mazelas que os impediam de caminhar, faziam também parte do acervo da Casa dos Milagres. O Senhor dos Milagres era afamado por curar males das pernas.

Recentemente restauradas contêm mensagens e imagens curiosas de agradecimento por milagres recebidos.

Relatam graças obtidas pela intercessão do Senhor de Perafita, também designado por Senhor dos Milagres ou do Cruzeiro, junto de Deus, identificando o nome e a naturalidade do recebedor da graça.

Segundo a crença popular e as crónicas, o Senhor dos Milagres recebia os pedidos e as preces para que

curasse as enfermidades dos devotos e também as dos seus animais.

Eram encomendados a artesãos e trazidas pelos crentes de todas as partes do país, permitindo pela identificação da origem dos peregrinos, conhecer as áreas maior influência do santuário de Perafita – o Norte do país.

De traço artístico hoje considerado *naïf* deliciam os visitantes tanto pela cor como pela originalidade e inocência do desenho e do seu conteúdo, associando algum humor ao contentamento pela realização do milagre esperado.

Perante a sua contemplação, sente-se um fervor religioso tocante, místico e emocionante.

As tábuas votivas podiam ser de materiais diversos, cabelo humano, daguerreótipos – mais tarde –, ouro, tecidos, paramentos, calçado, chapéus, peles de animais e bonecos de cera.

Na sala de exposições, encontra-se uma balança gigantesca, que tinha por função a pesagem de gé-

neros alimentícios e de outros bens oferecidos pelos crentes em troca dos milagres concedidos.

As dádivas eram calculadas com base no peso do obsequiador. Deveriam corresponder, no mínimo, ao seu peso corporal.

Após a pesagem e a anotação das oferendas, estas eram guardadas em amplas arcas de madeira exibidas no local.

Os votos – “ex-votos” –, originariamente designados “de Santiago”, correspondiam ao tributo anual de uma medida de pão e outra de vinho que os cristãos peninsulares pagavam à Igreja de Santiago de Compostela por cada junta de bois com que lavrassem a terra. O sistema de tributação dos votos variou ao longo dos tempos e das localidades. A partir do século XIII, o arcebispo de Braga apropriou-se dos votos de Santiago de Compostela e, nas terras de Entre Lima e Douro, área a que pertencia Perafita, eram repartidos entre o pároco e a igreja de Braga. Constituíam uma das principais fontes de receita da diocese: alqueires de trigo, de centeio e de milho, almudes e canadas de vinho, galinhas e dinheiro.

À medida que as romarias dirigidas ao Senhor dos Milagres de Perafita aumentam, os rendimentos da arquidiocese de Braga consolidavam-se.

As tábuas votivas que acompanhavam os peregrinos, eram regulamentadas por legislação específica estabelecida pelo Direito Canónico. Este determinava a proibição da sua destruição, abandono, doação ou venda.

Ordenava-se também a sua preservação e exposição pública.

No dia da festa anual de Perafita, a 15 de Agosto, os peregrinos davam as tradicionais voltas em redor da igreja. Tradição que se mantém até aos dias de hoje.

A imponente procissão com os andores intensamente enfeitados, percorre as ruas da aldeia e transporta os santos protectores até à capela do Senhor do Monte.

4.3. A Torre Sineira

É uma torre sineira, poligonal, elegante, sóbria e independente das outras construções, por isso, está afastada da Igreja e da Casa dos Milagres. Datará do século XVIII como todo o conjunto religioso. Apresenta dois corpos: o superior, destinado aos sinos, e



Fig. 11 Santuário do Senhor de Perafita _detalhe. Fotografia: Antero de Sousa



Fig. 12 Santuário do senhor de Perafita, interior da igreja. Fotografia: Antero de Sousa



Fig. 13 Capela do santuário do Senhor de Perafita
Fotografia: Ana Schefer

o inferior, onde se observa uma “fonte de moldura”, uma cartela com inscrição e um relógio emoldurado por uma grinalda, no topo. Desconhece-se a data da sua construção.

4.4. A capela do Senhor do Monte ou Senhor dos Milagres

A pequena capela do Senhor do Monte situa-se no monte fronteiro à aldeia de Perafita, onde terá acontecido o “milagre da água”. Alberga a imagem de Cristo no acto da crucificação. Apresenta similitudes com as capelas atribuídas a André Soares, no Santuário do Bom Jesus do Monte, no município de Braga.

Foi edificada nos finais do século XVIII, em simultâneo com a construção da Igreja.

Conta a tradição que, cerca de 1680, num dia de grande canícula, um pastor que guardava o seu re-

banho, sentindo-se desfalecer com uma imensa sede, invocou o Senhor dos Milagres. Ao bater com o cajado no solo, de imediato começou a brotar água em abundância.

José Hermano Saraiva, no seu programa televisivo dedicado a Perafita, referenciou o sucedido como um milagre do santo protector da aldeia.

O putativo milagre está na origem da imensa devoção dos perafitenses e de outros crentes ao Senhor do Monte.

A capela anexa à Fonte de águas cristalinas que nunca cessam de correr, desemboca em outra fonte na base da Torre Sineira, no centro da aldeia.

No interior da Capela, uma pintura representa a morte de Nosso Senhor Jesus Cristo, na cruz, ladeado por quatro figuras de judeus.

Será também por essa razão, o epíteto de “judeus” dado aos habitantes de Perafita.

4.5. As 12 fontes de mergulho

O Santuário do Senhor dos Milagres é também um santuário terapêutico. A sua água “milagrosa” esteve na origem do milagre que promoveu o culto ao Senhor do Monte.

A água, fundamental à vida das populações cuja subsistência assenta na prática da agricultura e da pecuária, abundante em Perafita, fez surgir doze fontes de mergulho, entre as quais se destacam, a Fonte das Hortas, a do Chafariz e a Sagrada.

A de maior relevância pela proximidade com o local onde se realizou o “milagre da água” e, por isso, junto da capela do Senhor dos Milagres, é a “Fonte Santa ou Sagrada”.

O monumento apresenta linhas simples, com um frontão triangular encimado por uma cruz e uma carrela de proporções notáveis. No frontão triangular, pode ler-se “*Haurietis/aquas/in gaudio/de fontibus/Salvatoris*”, “Vai banhar-se ou regar-se com alegria nas fontes do Salvador.” (tradução livre).

4.6. A Via Crucis (via sacra)

A *Via Crucis* é composta por um conjunto de catorze estações em granito.

Inicia-se no fundo da aldeia, junto às Alminhas, e percorre as suas ruas principais. Termina no mon-

te sobranceiro de onde se contempla o Calvário constituído por cinco cruces, incorporando a mais significativa uma escadaria.

Agradecimentos

Arq. Antero de Sousa, Presidente da Associação de Amigos de Perafita.

Ana Schefer, pelas fotografias.

Referências bibliográficas

- ALARCÃO, José, (1973), *Portugal Romano*, Verbo.
- ALMEIDA, José António Ferreira, (1989), *História da Arte*, Alfa.
- ALVES, Natália Marinho Ferreira, (1987), *O Santuário do Senhor de Perafita*, Vila Real, 1987.
- SERRÃO, Joel, Direcção, 1980, *Dicionário de História de Portugal*, Livraria Figueirinhas.
- CÂMARA, Municipal de Penamacor, (1998), *Os Ex-votos da Senhora da Póvoa*, 1998.
- CÂMARA, Municipal de Vila Real, (2003), *Cátalogo de tábuas votivas do distrito*.
- CATÁLOGO, (2018), “*Tábuas de salvação, Os Ex-Votos do Senhor de Perafita e seu Santuário*”, a *Casa dos Milagres e as nossas Tábuas Votivas*.
- EXPO 98, (1998), Lisboa, Pavilhão da Santa Sé.
- FONSECA, Manuel da, Bragança, (2005), *Nós, sefarditas e marranos – em volta do Congresso Internacional de Cultura Judaica*, Jornal do Nordeste.
- GANSHOF, E.L., (1974), *O que é o Feudalismo?*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- MARINHA, Museu da, Lisboa, (1983), *exposição de duas tábuas votivas*.
- MARTINS, Oliveira, (1987), *História de Portugal, Vol. II*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- MATTOSO, José, (1992), *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- PIRENNE, Henri, (1973), *As cidades da Idade Média*, Lisboa: Publicações Europa-América.
- DGPC | Direcção Geral do Património cultural (patrimoniocultural.gov.pt)

